



35º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

## **António Carlos do Rosário diz que está orgulhoso do seu trabalho e só lamenta não ter conseguido travar a entrada de “espiões” da Kroll**

- Depois de uma semana de interrupção, o julgamento retomou ontem com a Ordem dos Advogados (OAM), assistente no processo, e a defesa a interrogar o réu. A sessão foi marcada por momentos de tensão, quando António Carlos do Rosário exigiu ao tribunal que, da mesma forma que afastou o seu advogado Alexandre Chivale por ser colaborador do SISE, afastasse também Flávio Menete (advogado da OAM) porque ele é membro das Forças de Defesa de Segurança (FDS).



- O juiz não gostou da confrontação e deu por encerrado o interrogatório ao réu, alegando desrespeito ao tribunal. Os advogados de defesa apelaram o juiz a reconsiderar a sua decisão sob pena de manchar o julgamento, uma vez que impedir que o réu fosse interrogado pelo seu mandatário judicial era susceptível de ser visto como uma tentativa do tribunal de coartar o direito à defesa que assiste a António Carlos do Rosário. Depois do intervalo, o réu pediu desculpas, o juiz aceitou e recuou da sua decisão de interromper o interrogatório.

**A**ntónio Carlos do Rosário disse ontem que o então Presidente da República, Armando Guebuza, só soube da existência da EMATUM depois de ter sido criada e lançada no mercado. O réu justificou que a criação de empresas de cobertura operativa não precisa de ser reportada ao Presidente da República, enquanto Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança (FDS). António Carlos do Rosário disse que quando Armando Guebuza foi informado da existência da EMATUM, a empresa já tinha assinado contratos de financiamento e fornecimento de equipamentos.

Respondendo a uma pergunta da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente no processo, o réu disse que um dos aspectos marcantes do projecto de protecção de zona económica exclusiva de Moçambique foi o desempenho do grupo Privinvest, fornecedor das três empresas, nomeadamente ProIndicus, EMATUM e MAM. "A Privinvest excedeu as nossas expectativas e forneceu tudo o que precisávamos. Os problemas foram criados aqui em Moçambique. E o aspecto mais traumatizante foi o fenómeno Kroll. Até hoje não me conformo". Questionado quais são os problemas que a ProIndicus enfrentou com a empresa contratada (Privinvest) para a implementação do projecto, António Carlos do Rosário disse que não se recordava. "Estou preso ilegalmente há dois anos e oito meses e não tenho contacto com documentos".

A meio do interrogatório, o réu revoltou-se com o advogado Flávio Menete, quando este o confrontou com as declarações de Imran Adam Issa segundo as quais a empresa Informática Mania – IM dava emprestado dinheiro em numerário ao SISE. António Carlos do Rosário disse que a empresa era veículo operativo do SISE e o dinheiro que seu gerente ia entregar servia para pagar questões operativas urgentes e inadiáveis. "Imran foi sequestrado por agentes da PIC no dia em que foi levantar 50 milhões de meticais no BCI. Ficou detido cerca de 24 horas e só foi solto após a intervenção do então Comandante-geral da Polícia (Jorge Khalau) e do então Ministro do Interior (Basílio Monteiro), que se encontravam reunidos na Presidência da República. E cerca de metade do valor desapareceu".

Quando o advogado Flávio Menete insistiu perguntando se era normal uma empresa pri-



vada financiar operações do SISE, António Carlos do Rosário exaltou-se e acusou o representante da OAM de aproveitar-se da sua posição de membro das Forças de Defesa e Segurança para colocar perguntas relacionadas com questões operativas. "O que fizeram com o Doutor Chivale que façam com o Doutor Menete. Ele também é membro das FDS. O Doutor Menete foi Director da Polícia de Investigação Criminal e sabe que há determinadas operações que pela sua natureza não têm que seguir as normas de funcionamento da instituição. Peço para retirar o Doutor Menete daqui da mesma forma como retirou o Doutor Chivale".

Quando o tribunal tentou impor a ordem na sala, apelando à calma, o réu voltou a exaltar-se desta vez contra o juiz: "O meritíssimo é árbitro e não pode se deixar levar por essas coisas. Meritíssimo, estou a pedir para não defender a PIC. Hoje o meritíssimo está aqui, mas eu não sei se amanhã estará aqui". E a reacção do juiz não tardou: "Eu não tenho medo das consequências daquilo que faço. Não costumo ter medo de nada e de ninguém. Quem me conhece sabe disso muito bem. Se for para viver até aos 70 anos, 45anos ou 41 anos, não tenho problemas com isso.

Só estou preocupado em fazer o meu trabalho. Não pode o réu, quando lhe é colocado uma pergunta, pensar que o Doutor Menete quer saber das suas operações no SISE".

O juiz Efigénio Baptista perdeu a paciência e deu por terminado o interrogatório, alegando que António Carlos do Rosário desrespeitou o tribunal, depois de várias advertências. "Está encerrado o interrogatório ao réu António Carlos do Rosário. Vamos a um intervalo de 15 minutos". Antes mesmo do intervalo, quase todos os advogados da defesa apelaram ao juiz que reconsiderasse a sua decisão e desse uma oportunidade ao réu para se defender. Os advogados alertaram para o risco de a decisão do tribunal manchar o julgamento, pois ela é susceptível de ser vista como uma tentativa de coartar o direito que assiste ao réu de se defender. Outros advogados pediram ao tribunal que tomasse em consideração a situação em que António Carlos do Rosário se encontra, designadamente a privação de liberdade, e relevasse alguns excessos a bem da sua defesa.

E o juiz reagiu afirmando que o réu tem uma personalidade muito forte e que o tribunal tem tido muita paciência. "Por várias ve-



zes o reu insurgiu-se, faltou respeito ao tribunal, falou respeito ao Ministério Público, mas o juiz não tomou esta decisão porque sabe que está a viver uma situação difícil. O tribunal chamou atenção e disse que ele devia se comportar. E ele comportou-se bem, mas hoje voltou a exaltar-se. Não vamos continuar aqui a ouvir frases como 'meritíssimo tira o doutor Menete daqui como tirou o Doutor Chivale'. E faz isso com gestos. Cabe ao juiz impor disciplina nesta audiência. Não é do interesse do tribunal limitar o direito de defesa do reu. Se o tribunal não tivesse interesse de o deixar ele falar, teria dito no primeiro dia em que manifestou falta de respeito".

Depois do intervalo, António Carlos do Rosário pediu a palavra para manifestar o seu arrependimento: "Peço sinceras desculpas ao juiz, como pessoa e como presidente deste tribunal. Eu sou ser humano e há questões que me transcendem, por isso queria pedir desculpas ao juiz, a todos os intervenientes processuais e ao povo moçambicano. No intervalo tive a oportunidades de pedir desculpas ao doutor Menete. Há coisas que quando são suscitadas criam-nos emoções que nos levam à irracionalidade. Retiro as palavras injuriosas que proferi durante a minha audiência. Queria que o tribunal tomasse essa nota".

O juiz aceitou o pedido de desculpas e, pela primeira vez desde que começou o julgamento, recuou da sua decisão. "Não gosto de ficar nesta situação. Mas durante o intervalo o Doutor Menete veio ter comigo a dizer que não se sentiu ofendido. Mas a questão não é o Doutor Menete. A mim pessoalmente não me ofendeu. O tom e os gestos que usou contra o Doutor Menete não são permitidos em tribunal. E como juiz tenho que tomar decisão. Apenas não se comportou bem em

relação ao tribunal. O tribunal vai considerar e vamos continuar".

E a sessão continuou com Flávio Menete a questionar ao reu se estava arrependido por tudo que fez no âmbito do projecto de protecção e monitoria da Zona Económica Exclusiva de Moçambique. António Carlos do Rosário disse que não estava arrependido, mas sim orgulhoso. "Estou orgulhoso por tudo o que fiz no projecto. A solução foi problematizada através de acções de sabotagem sistemática à implementação das três empresas. A EMATUM funcionou, pescou atum, mas foi forçada a parar em 2016. Trabalhamos e fomos buscar parcerias para relançar a EMATUM como TUNAMAR, mas eu fui preso. Os problemas actuais não são da responsabilidade da equipa que trabalhou no projecto. Eu não me arrependo de ter trabalhado no projecto. Arrependo-me de não ter conseguido impedir a entrada da Kroll. Eu e a minha equipa não fomos capazes porque eram pequenos. Lamento não ter tido poder e capacidade para pôr de lado os membros do Governo que sabotaram as empresas".

Respondendo às perguntas do seu advogado, o reu foi confrontado com as alegações de sobrefacturação de barcos fornecidos à ProIndicus e EMATUM pela Privinvest. Em resposta, António Carlos do Rosário disse que não é possível falar de sobrefacturação num contrato chave na mão em que há bens intangíveis, como a transferência de tecnologias. "A transferência de tecnologia ultrapassa todo o valor do contrato das três empresas. Foi a Kroll que veio com a história de sobrefacturação. Eles colocavam perguntas fora do âmbito da auditoria. Na Base Naval de Pemba, eles perguntaram aos nossos homens se tínhamos meios navais da Coreia do

Norte. Foi ai que começou a guerra. Quando fomos à Base Aérea de Mavalane, onde estão os aviões da ProIndicus, eles começaram a fotografar os aviões Migs".

Em relação à partilha de informação sobre a contratação das dívidas das três empresas com outras instituições, António Carlos do Rosário disse que "todos aqueles que por lei deviam tomar conhecimento foram informados". Sobre as instituições estrangeiras, o reu reiterou que todas tomaram conhecimento, incluindo o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Hoje não é possível movimentar um cêntimo de dólar no sistema bancário em qualquer parte do mundo sem que seja rastreado a partir do Banco Central americano. É curioso que sejam actores de praças europeias e americanas que a dizerem que não tomaram conhecimento de operações que envolviam investidores, bancos e prestadores de serviços dos seus países. Esse discurso faz parte da narrativa que se queria construir. Estamos a falar de milhões de dólares que fomos buscar em praças financeiras europeias, pelo que não é possível que o FMI não tenha tido conhecimento".

Segundo a explicação de António Carlos do Rosário, uma delegação do FMI foi até ao escritório da EMATUM em 2015 sugerir a separação da componente defesa da comercial e que o dinheiro usado para compra de equipamento de defesa fosse inscrita na Conta Geral de Estado. "Eu disse a eles que deviam deixar isso por escrito. E disse que nós tivemos uma má experiência com o FMI. Andaram aqui a dar conselhos sobre a indústria de castanha de caju no âmbito das políticas de reajustamento económico e hoje a nossa indústria está como está. E eles não assumem a responsabilidade".





**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**CDD\_moz**  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PROGRAMMATIC PARTNER**



**FINANCING PARTNERS**

